

Ata da Reunião de 20 de abril de 2026 – Movimento Municípios pela Paz

Auditório dos Serviços Centrais da Câmara Municipal do Seixal

Presidente da Câmara Municipal do Seixal – Paulo Silva

O Sr. Presidente da Câmara Municipal do Seixal, Paulo Silva, saudou os presentes, dando as boas-vindas a todos os municípios participantes na reunião do Movimento de Municípios pela Paz. Referiu que se vive atualmente um período particularmente conturbado para a ordem e a Paz mundial, o que torna ainda mais relevante a realização deste encontro. Sublinhou a importância de os municípios portugueses afirmarem uma posição conjunta de união em prol da Paz, transmitindo essa mensagem às suas populações.

Destacou, igualmente, o papel fundamental da Educação para a Paz, salientando que esta deve ser dirigida, em especial, aos jovens, enquanto mensagem de esperança e compromisso com o futuro. Enfatizou a necessidade de acreditar na construção de um mundo diferente, onde o diálogo constitua a principal via para a resolução de conflitos entre nações, servindo também de exemplo para as relações interpessoais no quotidiano.

Acrescentou que, se os cidadãos forem confrontados com exemplos de líderes mundiais que recorrem à violência para resolver conflitos, haverá maior propensão para que reproduzam esses comportamentos nas suas próprias vivências. Nesse sentido, defendeu que cabe a todos promover uma cultura de diálogo, reforçando que é através da comunicação e do entendimento que se devem ultrapassar divergências. Considerou, por isso, essencial transmitir estes valores às populações e, em particular, às gerações mais jovens.

Referiu, ainda, que o Movimento de Municípios pela Paz tem vindo a registar um crescimento significativo, tanto ao nível do número de municípios envolvidos como das atividades desenvolvidas. Salientou o carácter transpartidário do movimento, destacando que integra municípios de diferentes forças políticas, unidos por princípios comuns - a defesa da Paz e a construção de um mundo melhor -, acima de quaisquer ideologias.

No seguimento da sua intervenção, que constituiu o primeiro ponto, o Sr. Presidente deu continuidade à reunião, apresentando a ordem de trabalhos.

Ponto 1: Abertura da reunião;
Ponto 2: Aprovação da ata da última reunião;
Ponto 3: Informações;
Ponto 4: Apresentação da “Questão do Sahara Ocidental” pela Associação de Amizade Portugal Sahara Ocidental;
Ponto 5: Apresentação das atividades desenvolvidas pelos Municípios em 2025;
Ponto 6: Apresentação da proposta de Plano de Atividades para 2026;
Ponto 7: Outros assuntos.

Passando ao **segundo ponto da ordem de trabalhos**, o Sr. Presidente Paulo Silva, colocou à apreciação a ata da última reunião, a qual foi aprovada por unanimidade.

Vereador da Câmara Municipal do Seixal – Joaquim Tavares

O Sr. Vereador Joaquim Tavares tomou a palavra, saudando todos os presentes. Referiu que, conforme mencionado pelo Sr. Presidente, o conjunto de participantes é bastante diversificado, o que considera ser reflexo do exercício da democracia.

Recordou que, em 2025, se realizou, no Concelho do Seixal, o *IV Encontro Pela Paz*, tendo a edição anterior decorrido em Vila Nova de Gaia. Salientou que, no âmbito da presente reunião - a primeira de 2026 -, importa começar a perspetivar a realização do próximo Encontro. Nesse sentido, destacou que o Município do Seixal, enquanto entidade organizadora da última edição, integrará a comissão organizadora do próximo Encontro, conforme estabelecido.

Acrescentou que a organização do Encontro implica, desde logo, a definição da respetiva data, bem como o compromisso do município que o acolherá. Sublinhou, por isso, a importância de abordar este tema na presente reunião, de modo a permitir a sua integração atempada nos planos de atividades e na programação das iniciativas relacionadas com a promoção da Paz.

Referiu, ainda, que o Encontro no Seixal registou a maior participação de todas as edições realizadas até à data, contando com mais de mil participantes, o que eleva o nível de exigência na preparação da próxima edição, de forma a garantir uma expressão igualmente significativa.

Informou, por fim, que já haviam sido encetados contactos preliminares com o Município de Lisboa, no sentido de acolher o próximo Encontro, sendo, contudo, necessário avançar com a definição de uma data, para efeitos de inclusão no Plano de Atividades.

O Sr. Presidente, Paulo Silva, concedeu, de seguida, a palavra à Sra. Presidente da Direção Nacional do Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC), Isabel Camarinha, para dar início ao **terceiro ponto da ordem de trabalhos, "Informações"**. Tendo em conta que a apresentação da "Questão do Sahara Ocidental", a cargo da Associação de Amizade Portugal – Sahara Ocidental, se realizaria por videoconferência, com início agendado para as 15h00, foi decidido que este ponto seria retomado após a intervenção da AAPSO - Associação de Amizade Portugal – Sahara Ocidental.

Presidente da Direção Nacional do Conselho Português para a Paz e Cooperação – Isabel Camarinha

A Presidente do CPPC saudou todos os presentes e apresentou-se, bem como ao Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC), entidade parceira do Movimento dos Municípios pela Paz.

Referiu que, atendendo ao facto de uma parte significativa dos presentes estar a participar, pela primeira vez, numa reunião do Movimento dos Municípios pela Paz, considerava importante esclarecer o modo de funcionamento da parceria entre o MMPP e o CPPC, a qual tem sido particularmente profícua.

Recordou o Encontro realizado no ano anterior, no Seixal, assim como as edições anteriores, que decorreram em Loures (I Encontro), Setúbal (II Encontro) e Vila Nova de Gaia (III Encontro).

Sendo esta a primeira reunião do Movimento após a realização do *IV Encontro pela Paz*, aproveitou para agradecer, uma vez mais, à Câmara Municipal do Seixal pela forma como acolheu um evento daquela dimensão, que contou com mais de mil participantes e mais de uma centena de organizações de todo o país, incluindo numerosos municípios, destacando que o mesmo decorreu com elevado êxito.

Chamou, ainda, a atenção para o "Apelo" - incluído nas pastas distribuídas aos presentes -, o qual será igualmente remetido, por via digital, aos participantes que acompanham a reunião por videoconferência. Referiu que este documento foi aprovado por unanimidade no *IV Encontro pela Paz*, realizado em 31 de maio de 2025.

Relativamente ao *V Encontro pela Paz*, mencionou que o mesmo se encontra, para já, perspetivado para 2027. Esclareceu que ainda não foram estabelecidos contactos formais com a Câmara Municipal de Lisboa, sendo necessário avaliar a viabilidade da realização do Encontro naquela cidade. Sublinhou a importância

de Lisboa, enquanto capital do país, poder acolher esta iniciativa; no entanto, caso tal não se venha a concretizar, deverá começar-se, desde já, a identificar um município alternativo disponível para receber um evento desta relevância.

Informou ainda que, até ao mês de junho, deverá estar definida a data e o local do próximo Encontro, sendo que, logo que haja uma decisão, a mesma será comunicada pelo Movimento.

Por fim, recordou que a comissão promotora destes Encontros integra, por regra, o município anfitrião e o município que acolheu a edição anterior, contando, no total, com 13 organizações representativas de diversos setores da sociedade, nomeadamente do movimento sindical, de organizações católicas, de mulheres, de jovens, entre outras.

Presidente da Câmara Municipal do Seixal – Paulo Silva

Estando reunidas as condições para estabelecer a ligação online com a Associação de Amizade Portugal – Sahara Ocidental, o Sr. Presidente Paulo Silva cumprimentou Luísa Teotónio Pereira, que tomou a palavra e passou a apresentar a AAPSO.

Associação de Amizade Portugal – Sahara Ocidental – Luísa Teotónio Pereira

Foi projetada uma apresentação, cujo teor se transcreve de seguida:

"A Associação é constituída por um conjunto de cidadãos que se solidarizam com o povo saharauí e que partilham os seguintes objetivos:

- Informar e sensibilizar a sociedade portuguesa sobre a questão do conflito no Sahara Ocidental, sobre o direito internacional e sobre os direitos que assistem ao povo saharauí;
- Agir e apoiar atividades de outras organizações ou entidades que possam contribuir para que o povo do Sahara Ocidental consiga exercer o seu principal direito, que é o direito à autodeterminação.

Para esse efeito, dispomos de um conjunto de meios informativos que temos vindo a desenvolver ao longo dos anos: um blogue, um boletim virtual, uma página no Facebook e uma conta no Instagram. Temos, também, procurado publicar, ou encorajar terceiros a publicar, artigos em jornais e revistas, bem como promover entrevistas na rádio.

Apresentamos dois exemplos de iniciativas de mobilização realizadas no ano passado, para ilustrar as diferentes formas de trabalhar a questão saharauí em Portugal. Uma delas foi a exposição do artista saharauí Aawah Walad, intitulada "Tempo Zero, Nem Paz Nem Guerra". Convidámos também dois jovens saharauís que estiveram durante pouco mais de uma semana em Portugal, tendo realizado sessões em cinco universidades. Durante essa visita, contactaram com juventudes partidárias, organizações juvenis e deslocaram-se à Assembleia da República, onde reuniram com deputados.

A nível internacional, em 2024, a AAPSO organizou a *48.ª Conferência da Coordenadora Europeia de Apoio e Solidariedade com o Povo Saharauí* (EUCOCO). Participámos igualmente na *IV Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas*, dedicada à Descolonização, em Nova Iorque. Em 2025, apoiámos a *1.ª Conferência de Solidariedade Ásia-Pacífico pelo Sahara Ocidental*, realizada em Díli. Ainda em 2025, promovemos uma carta aberta dirigida ao Governo português, que conseguiu, em pouco tempo, obter 714 subscrições, tanto individuais como coletivas."

Associação de Amizade Portugal – Sahara Ocidental – António Batista da Silva

António Batista da Silva continuou, depois, a apresentação sobre o tema, contextualizando a Questão do Sahara Ocidental, tendo referido que:

"**Desde 1945** até à atualidade, a maioria dos países africanos alcançou a independência, permanecendo o Sahara Ocidental como o único território por descolonizar. Enquanto portugueses, estivemos entre os primeiros europeus a estabelecer contacto com estas populações, nomeadamente com a passagem do Cabo Bojador, marco relevante da expansão ultramarina portuguesa. Decorridos vários séculos, o Sahara Ocidental continua, contudo, a lutar pela sua independência e autodeterminação.

Na Conferência de Berlim, em 1884, deu-se a repartição do território de África pelas diferentes potências coloniais, sendo este território atribuído a Espanha, que esteve presente no Sahara Ocidental praticamente **até 1976**, altura em que o abandonou, à sorte dos países vizinhos e quando a ditadura em Espanha estava no seu fim.

No final de 1975, Marrocos e a Mauritânia pretendiam a ocupação deste território. Marrocos requereu ao Tribunal Internacional de Justiça que emitisse um parecer sobre o seu estatuto. O Tribunal foi muito claro na sua sentença de 16 de outubro, em que negou a existência de laços de soberania entre o território do Sahara Ocidental, quer com o reino de Marrocos, quer com o conjunto mauritano que pretendiam ocupá-lo.

Não obstante, a **6 de novembro de 1975**, o rei Hassan II de Marrocos lançou a "Marcha, Verde", que foi uma grande ação política e de marketing com vista à ocupação do território. Embora dita pacífica, a Marcha Verde escondia de facto a invasão militar do território do Sahara Ocidental, que havia sido acordada com Espanha.

A 14 de novembro desse mesmo ano, foi assinado o Acordo Tripartido de Madrid, através do qual a Espanha transferiu para Marrocos a administração do território da sua antiga colónia. Este acordo representou um precedente sem equivalente até então, ao traduzir-se no abandono de um território que, durante várias décadas, tinha estado sob domínio colonial espanhol.

[Foi projetado um mapa ilustrando a divisão do território.]

A Mauritânia ocupou a parte sul do Sahara Ocidental **até 1979**. Logo após a invasão, a Frente Polisário - movimento de libertação do Sahara Ocidental - iniciou uma guerra de libertação, ou seja, uma luta armada contra os exércitos das duas potências ocupantes. Ao fim de quatro anos, essa ação conduziu à derrota militar da Mauritânia que, em 1979, acabou por abandonar o território, celebrar a Paz com a Frente Polisário e reconhecer a República Árabe Saharauí Democrática.

Curiosamente, em paralelo, Timor-Leste, no Sudeste Asiático, encontrava-se sob ocupação da Indonésia. Durante muitos anos, estes processos apresentaram semelhanças significativas, embora tenham tido desfechos distintos.

Ao longo destes cerca de 50 anos, a população saharauí tem resistido através de diferentes formas de luta: armada, civil e política. Essa resistência desenvolve-se tanto nos territórios ocupados como no exílio, nomeadamente na Argélia, onde vivem cerca de 175 mil saharauís, e ainda na diáspora, sobretudo em Espanha e em França, países que acolhem comunidades significativas de saharauís.

Apesar das condições repressivas, a resistência nunca cessou. Embora Marrocos tenha restringido fortemente a circulação de informação sobre o que se passa no território, um dos marcos mais relevantes dessa resistência foi o Acampamento da Dignidade de Gdeim Izik, situado nos arredores da capital, El Aaiún, no Sahara Ocidental. **Em 2010, cerca de 20 mil saharauís** instalaram um acampamento com aproximadamente 15 mil tendas, em protesto contra a ocupação e em defesa do direito à autodeterminação.

As prisões e os desaparecimentos forçados têm, de resto, marcado estas décadas de ocupação.

Em 1991, com um acordo das partes - Frente Polisário e Reino de Marrocos -, as Nações Unidas constituíram a missão para o Referendo no território. A guerra terminou e foi acordado um cessar-fogo; assim, o povo saharauí via com esperança a possibilidade de se poder pronunciar quanto ao seu destino.

Em 1999, a MINURSO (Missão das Nações Unidas para o Referendo do Sahara Ocidental) deu por concluído o processo de identificação dos eleitores, com vista à realização do Referendo. Este processo foi particularmente complexo, uma vez que Marrocos defendia a inclusão de dezenas de milhares de colonos que havia transferido para o território, pretensão que não foi aceite pela MINURSO. No final, foram considerados elegíveis cerca de 86 000 eleitores. No entanto, apesar de os cadernos eleitorais estarem concluídos, o Referendo nunca chegou a realizar-se.

Ao longo da década de 1980, Marrocos construiu um extenso muro defensivo militar, que se estende desde o seu território até ao sul do Sahara Ocidental, junto à fronteira com a Mauritânia. Com esta estratégia, passou a controlar a área que designa como "parte útil do território", onde se concentram os principais recursos naturais. Esta configuração define, em grande medida, a situação atual do território.

Entretanto, durante estes anos, as Nações Unidas nunca deixaram de se manifestar. Ainda **este mês, o Conselho de Segurança irá reunir de novo para analisar a questão**, mas a nível internacional o processo encontra-se num impasse, em grande medida devido aos bloqueios no Conselho de Segurança, onde a França e os Estados Unidos têm desempenhado um papel determinante.

Em 2020, a administração de Donald Trump, reconheceu a soberania marroquina sobre o território, no âmbito dos *Acordos de Abraão*, como contrapartida à normalização das relações entre Marrocos e Israel.

A exploração ilegal dos recursos naturais constitui uma das dimensões centrais do conflito. O Sahara Ocidental, com um território cerca de três vezes superior ao de Portugal, é maioritariamente desértico, mas possui recursos naturais significativos. Alberga uma das maiores minas de fosfatos a céu aberto do mundo, matéria-prima essencial para a produção de fertilizantes. Dispõe, igualmente, de um dos bancos de pesca mais ricos a nível mundial.

Nos últimos anos, Marrocos tem vindo a desenvolver, no território, atividades agrícolas em larga escala, bem como projetos de produção de energia eólica e solar.

O Tribunal de Justiça da União Europeia tem reiterado que o Sahara Ocidental é um território distinto de Marrocos e que a exploração dos seus recursos exige o consentimento do povo saharauí, pelo que não pode constar dos acordos que a União Europeia possa fazer com Marrocos."

Para terminar, António Batista da Silva relembrou uma frase de Samuel Zbogar, Representante Permanente da Eslovénia na ONU, na última votação do Conselho de Segurança das Nações Unidas: "*O direito à autodeterminação - em termos simples, a liberdade de decidir por si próprio - está consagrado na Carta das Nações Unidas e é um direito que não pode ser retirado a nenhum povo - nem pelo Conselho de Segurança, nem pelos Estados-Membro*."

Concluída a intervenção, agradeceu a atenção e despediu-se.

Luísa Teotónio Pereira pediu a palavra para informar que a Associação de Amizade Portugal - Sahara Ocidental dispõe de uma exposição itinerante intitulada "Sahara Ocidental, a última colónia em África", disponível para requisição. A exposição é composta por 10 painéis, cada um com as dimensões de 1,00 m x 0,71 m, sendo de fácil transporte e montagem.

Informou, ainda, que a Associação pode promover ou participar em sessões de esclarecimento sobre temas relacionados com o Sahara Ocidental, apoiar na projeção de filmes e disponibilizar, aos interessados, o boletim "Sahara Livre".

Agradeceu, por fim, a atenção de todos.

Presidente da Direção Nacional do Conselho Português para a Paz e Cooperação – Isabel Camarinha

Isabel Camarinha agradeceu à Associação de Amizade Portugal – Sahara Ocidental pela apresentação efetuada e referiu que, no plano do Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC), a solidariedade com o Sahara Ocidental constitui, há largos anos, uma linha de intervenção permanente.

Assinalou ainda que, no ano de 2026, se comemoram os 50 anos da proclamação da República Árabe Saharauí Democrática, ocorrida a 27 de fevereiro, data em que a Frente Polisário proclamou aquela República. Referiu que, embora muitas pessoas identifiquem geograficamente o território do Sahara, não têm conhecimento da realidade vivida pelo seu povo, nomeadamente no que respeita ao boicote à realização de um Referendo que permita a autodeterminação do Sahara Ocidental.

Informou que o CPPC já promoveu, no decurso do presente ano, três sessões dedicadas a esta temática, realizadas em Lisboa, Coimbra e Porto. Acrescentou ainda que, à semelhança de anos anteriores, teve lugar, em 2025, uma missão que contou com a participação do CPPC, bem como de diversas organizações e participantes individuais, que se deslocaram aos acampamentos saharauís, na Argélia, com o objetivo de observar diretamente as condições de vida daquela população.

Mais informou que, para o corrente ano, se encontra em fase de planeamento uma nova deslocação aos campos de refugiados saharauís, previsivelmente a realizar no mês de novembro. Dirigiu ainda um apelo aos presentes no sentido de promoverem iniciativas nos respetivos municípios, com o objetivo de dar a conhecer esta realidade às populações, tendo em conta a reduzida cobertura mediática do tema. Sugeriu, a título exemplificativo, a realização de debates, sessões de esclarecimento ou a exibição da exposição da Associação de Amizade Portugal – Sahara Ocidental, designadamente em contexto escolar.

Presidente da Câmara Municipal do Seixal – Paulo Silva

O Sr. Presidente da Câmara Municipal do Seixal, Paulo Silva, agradeceu a intervenção anterior, reiterando a solidariedade do Município do Seixal para com o povo saharauí. Referiu que, para além da exposição já apresentada no átrio dos serviços centrais, o Município promove anualmente um ciclo de cinema, o FiSahara – Festival Internacional de Cinema do Saara Ocidental, destacando o papel do cinema como instrumento de divulgação da cultura e da mensagem da Frente Polisário.

Informou que se encontra em preparação a quinta edição deste festival, a qual decorre habitualmente no final do mês de outubro.

De seguida, e concluído o ponto 4 da ordem de trabalhos, foi retomado o tema “Informações”, tendo o Sr. Presidente concedido novamente a palavra à Presidente da Direção Nacional do Conselho Português para a Paz e Cooperação.

Isabel Camarinha reforçou que, como já foi referido anteriormente, vivemos um momento de grandes perigos para a humanidade. A situação internacional é marcada por um vasto conjunto de guerras, agressões, ameaças e conflitos, bem como por um crescente desrespeito pelo direito internacional e pela Carta das Nações Unidas.

Em Portugal, exige-se igualmente o cumprimento e o respeito pela Constituição da República Portuguesa, nomeadamente no que se refere às relações internacionais e, em particular, ao disposto no seu artigo 7.º. O “Apelo”, aprovado no *IV Encontro pela Paz*, reafirma esta exigência, sublinhando a importância do respeito por normas que, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, têm constituído um garante de maior estabilidade e de resolução pacífica dos conflitos.

Os Municípios pela Paz assumem-se como uma componente de grande relevância deste Movimento pela Paz, pelo seu papel de proximidade com as populações, designadamente com crianças e jovens, e pela sua contribuição para a promoção de uma cultura de Paz, em contraposição com uma lógica de normalização da guerra.

O Conselho Português para a Paz e a Cooperação (CPPC) é um movimento existente em Portugal desde o final da década de 1940, tendo sido formalmente constituído após o 25 de Abril, a 24 de abril de 1976, no mesmo período em que foi aprovada a Constituição da República Portuguesa. Desde a sua origem, integrou personalidades ligadas à luta contra o fascismo e a guerra colonial. O CPPC é membro do Conselho Mundial da Paz, integrando os seus órgãos, designadamente o Secretariado e o Comité Executivo, e

assume a responsabilidade pela Região Europa. Está prevista a realização de uma reunião desta região e do Secretariado no próximo mês de maio, em Praga.

Foi ainda reforçada a importância de intensificar as atividades de Educação e Cultura para a Paz. O CPPC promove, regularmente, sessões, debates, exposições e concertos. Recentemente, realizou um concerto em Matosinhos, com o apoio da respetiva Câmara Municipal, no âmbito de um protocolo existente. Tinham já sido organizadas iniciativas semelhantes em Silves e em Castelo Branco, nos meses de janeiro e março, respetivamente. Estão também previstos novos concertos, nomeadamente no dia 18 de maio, em Gondomar.

Para além dos concertos, existe a possibilidade de promover exposições de artistas, que podem ser acompanhadas de debates ou sessões, tanto em escolas como noutras instituições. O CPPC dispõe igualmente de um conjunto alargado de exposições temáticas — sobre os 50 anos do 25 de Abril, a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, a luta pela Paz em Portugal e as armas nucleares — que são de fácil transporte e montagem, não exigindo condições técnicas complexas. Estas iniciativas permitem também fomentar a reflexão e o debate em torno da defesa da Paz e da necessidade de contrariar a tentativa de normalização da guerra.

Deixou em aberto a reflexão sobre a forma de reforçar e alargar o Movimento dos Municípios pela Paz, envolvendo um número crescente de participantes. Recordou, a propósito, as palavras de Ilda Figueiredo: “pela Paz, todos não somos demais!”.

De seguida, o Sr. Presidente da Câmara Municipal do Seixal deu indicação para a projeção da apresentação das atividades desenvolvidas pelos vários municípios em 2025, correspondente ao **quinto ponto da ordem de trabalhos**.

O Sr. Presidente Paulo Silva concedeu, depois, a palavra aos representantes dos municípios presentes, para que pudessem partilhar outras atividades desenvolvidas no âmbito das questões da Paz, para além dos contributos apresentados no vídeo.

Coordenador do Serviço de Participação e Cidadania - Gabinete de Participação e Cidadania do Município de Palmela – António Mestre

Referiu que, para além do que já havia sido enviado, pretendiam destacar uma dimensão entretanto mencionada no início da sessão e que, para o município, assumiu particular centralidade: a Educação para a Paz.

Explicou que existe um processo, integrado em várias áreas, no âmbito da participação cidadã, que foi, no ano anterior, orientado para a temática da Guerra e da Paz. Nesse contexto, foi desenvolvida a iniciativa “Escola de Agentes ‘Eu participo!’”.

Todo o projeto pode ser consultado no site do município [https://www.cm-palmela.pt/viver/participacao-e-cidadania/projetos-de-participacao-cidada].

Mencionou que a iniciativa assenta, no essencial, no trabalho direto com turmas. Apesar de os recursos humanos ainda serem limitados, foi já possível envolver cerca de 13 turmas.

Explicou que o projeto tem como princípios orientadores a Convenção sobre os Direitos Humanos, a Declaração dos Direitos da Criança e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estruturando-se em torno destes três eixos. Salientou ainda que, ao longo dos últimos três anos - com particular incidência no ano transato -, foi desenvolvido um conjunto de materiais didáticos que podem ser utilizados por outros municípios interessados em aplicá-los nas suas escolas.

Destacou, igualmente, a publicação “A tua voz”, disponível para download online, que reúne textos produzidos pelas crianças sobre os diversos temas trabalhados.

Relativamente a 2026, informou que o Município de Palmela definiu um eixo central para a sua atividade e programação, que enquadrará estes projetos, centrado na evocação dos "dois cinquentenários": os 50 anos da Constituição da República Portuguesa e os 50 anos das primeiras eleições democráticas. No âmbito desta programação, já foi inaugurada, no dia 1, uma exposição dedicada aos 50 anos da Constituição, com enfoque nos direitos consagrados e na sua aplicação no território de Palmela, estando previstas outras iniciativas que assinalarão o percurso até à comemoração das primeiras eleições democráticas. Estes dois marcos estruturam, assim, o conjunto das atividades a desenvolver.

Referiu que, como muitas das iniciativas ainda não se encontram concretizadas, estando apenas em fase de planeamento, esta reunião abriu novos horizontes. Já foram realizadas algumas atividades sobre a questão do Sahara Ocidental, mas nunca especificamente orientadas para o contexto da educação e das escolas.

Considera que a ocultação e a falta de visibilidade destas temáticas contribuem para o seu esquecimento e para a sua perpetuação.

Chefe de Gabinete do Município de Lagos – José Vieira

O Município de Lagos marca, uma vez mais, presença neste encontro, com grande satisfação e empenho.

No ano transato, o tema transversal a toda a programação municipal foi "Encontros de Culturas pela Paz", sublinhando o papel da educação e da cultura como fundamentais na construção de pontes para o diálogo, a cooperação, a união e a convivência harmoniosa entre os povos.

Sendo Lagos reconhecido como berço dos Descobrimentos, de onde partiram as caravelas, e tendo sido Gil Eanes, ilustre lacobrigense, quem dobrou o Cabo Bojador em 1434, será muito interessante a possibilidade de acolher uma exposição sobre a temática do Sahara Ocidental, reforçando a promoção dos direitos humanos deste povo.

Em 2025, os eventos âncora do município incluíram o Festival dos Descobrimentos, as Marchas Populares, a Feira Concurso Arte Doce, bem como residências artísticas, palestras e conferências, nas quais o tema da Paz esteve sempre presente. Entendeu-se ser fundamental promover a partilha, o debate e a reflexão entre as várias comunidades residentes em Lagos, bem como com os visitantes, sobre a importância da Paz.

O tema da Paz surge, assim, como um verdadeiro farol de esperança e de urgência. Cada vez mais premente, continuará a ser uma prioridade, estando o Município disponível para dar o seu contributo de forma contínua e não apenas pontual. Pretende-se, ao longo do ano, associar regularmente um conjunto de iniciativas em que a cultura seja valorizada e em que as várias comunidades possam ter voz e contribuir ativamente.

Diretora do Departamento Sociocultural do Município de Évora – Helena Ferro

Agradeceu a riqueza da reunião, a forma como está a ser conduzida e os contributos apresentados, sublinhando tratar-se de importantes momentos de partilha e aprendizagem.

Informou que, em 2025, o Município de Évora esteve particularmente focado na evocação dos 80 anos das bombas atómicas sobre Hiroshima e Nagasaki. Foram desenvolvidas três grandes iniciativas em torno desta trágica realidade, assentes em testemunhos de pessoas diretamente afetadas por essas perdas e pelas profundas consequências humanas daí decorrentes.

Os principais momentos promovidos pelo município foram: o 2.º Encontro de Jovens das Cidades Mayors for Peace (Évora integra o movimento *Mayors for Peace*); uma conferência integrada na Capital Europeia da Cultura; e o BitBook "Então e a Paz", que contou com a presença de Pilar del Río. Na Feira de São João, o maior certame do município, o tema escolhido foi a Paz, tendo sido promovida, com as crianças das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), uma ampla reflexão sobre estas temáticas, partindo da

convicção de que estas questões devem começar na educação e na cultura. Sublinhou que, perante contextos de retrocesso, a Paz constitui um valor basilar.

Neste sentido, ao longo do ano letivo, foi desenvolvido um trabalho consistente com as crianças, que culminou num momento de expressão coletiva sobre a temática da guerra e da Paz, reforçando a consciência do dever comum de proteção da Paz. Foi trabalhado o símbolo japonês da Paz, o *tsuru* (grou), associado à saúde, à prosperidade e, sobretudo, à ideia de tranquilidade e convivência pacífica. A história que lhe está associada sensibilizou particularmente, ao relatar o percurso de uma criança vítima dos efeitos da bomba atómica que, num esforço de sobrevivência, acreditou que, ao dobrar mil tsurus, poderia viver. Embora não tenha sobrevivido, permanece a mensagem simbólica do desejo de vida e da necessidade de viver em Paz.

Évora será Capital Europeia da Cultura em 2027, tendo como mote central o conceito de "vagar". Trata-se de um conceito que remete para o ritmo e para a profundidade, e que é particularmente significativo na identidade alentejana, como aqui também reconhecem os municípios da região.

O "vagar" traduz-se na forma como se vive e se pensa o tempo, entendendo que, sendo o tempo uma dimensão comum a todos, o seu uso depende da vontade e das escolhas de cada um. Neste contexto, o "vagar" remete para a reflexão sobre o autoconhecimento, sobre o contributo de cada pessoa para o bem-estar dos outros e sobre a promoção da harmonia dos ecossistemas.

Neste sentido amplo, pode também falar-se de uma dimensão de "Paz climática", tendo em conta que qualquer conflito armado gera sofrimento humano profundo e impactos ambientais duradouros, com consequências difíceis de reverter para as gerações futuras.

Informou, ainda, que o Município irá iniciar as comemorações do 25 de Abril com uma sessão solene da Assembleia Municipal, promovendo uma reflexão conjunta, também de natureza política, sobre os 50 anos do poder autárquico democrático: o que foi alcançado e quais os desafios futuros. Sublinhou que a temática da Paz estará, naturalmente, presente neste debate.

Chefe da Divisão de Habitação e Desenvolvimento Social e Saúde do Município de Portimão – Paula Pereira

O Município de Portimão tem desenvolvido um trabalho significativo em torno desta temática. Paula Pereira destacou os seguintes eventos, que considerou particularmente relevantes:

- A exposição do *World Press Photo*, realizada na antiga lota de Portimão, uma Mostra Internacional de Fotojornalismo que apresentou as 42 melhores fotografias captadas em 2024. A fotografia vencedora do concurso foi da autoria da fotógrafa palestiniana Samar Abu Elouf, de Doa, e captou uma criança palestiniana de nove anos que ficou gravemente ferida enquanto fugia de um ataque israelita, em Gaza. A autora esteve presente na inauguração, juntamente com João Neves dos Santos, curador da exposição, e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.
- Exibição da exposição sobre a abolição total das armas nucleares, disponibilizada pelo CPPC, a qual registou uma forte adesão do público.

Para além destas iniciativas, importa também sublinhar o trabalho desenvolvido nos Centros Comunitários e nos bairros municipais, contextos que frequentemente enfrentam situações de maior vulnerabilidade social. Nestes espaços, procura-se promover a Paz, a igualdade e os direitos, através de dinâmicas regulares. Este trabalho estende-se, igualmente, aos centros de convívio sénior, onde se promovem atividades intergeracionais. Estas iniciativas têm tido bons resultados, incluindo expressões artísticas como bordados, peças em croché e outras produções manuais que, por vezes, são apresentadas em exposições em espaços públicos, nomeadamente jardins. Este trabalho articula-se também com as comemorações do 25 de Abril, entendido igualmente como um marco da construção da Paz.

Ao longo do ano, para além do trabalho desenvolvido nas escolas, são promovidas diversas exposições e atividades em diferentes espaços municipais.

Vereadora do Município de Montemor-o-Novo – Ana Mémé

Montemor-o-Novo, pertencente ao distrito de Évora, integra igualmente o processo associado à Capital Europeia da Cultura 2027. O Município participa, pela primeira vez, numa reunião do Movimento Municípios pela Paz, tendo recolhido contributos e ideias a desenvolver a nível local.

Foi ainda expressa a intenção de participar ativamente nestas iniciativas, sublinhando-se que a reflexão e o trabalho em torno da Paz assumem, atualmente, uma relevância particularmente significativa.

Coordenadora do Gabinete da Paz e Cooperação – Município do Seixal – Helena Palacino

Foi prestado um esclarecimento quanto à importância do envio atempado, por parte dos municípios, das atividades e do respetivo material fotográfico, com qualidade adequada à elaboração das apresentações. Verificou-se que alguns municípios remeteram os materiais apenas na sexta-feira [a presente reunião acontece a uma segunda-feira], o que impossibilitou a sua inclusão na presente apresentação. Uma vez que este trabalho não é assegurado diretamente pelo Gabinete da Paz e Cooperação, envolvendo outros serviços, é necessário receber a informação com a devida antecedência para a sua preparação. Foi efetuada uma seleção de imagens, de forma a garantir o equilíbrio na apresentação, tendo em conta que existem municípios com maior dinâmica e volume de materiais disponíveis, que os remetem com maior antecedência, e outros que o fazem de forma mais limitada.

Foi, também, indicado que será disponibilizada no site do MMPP a informação remetida pelos municípios, sendo que, sempre que exista vontade de partilha, essa informação será publicada, permitindo divulgar o Movimento, conhecer em cada momento o trabalho desenvolvido e promover a partilha de experiências e inspiração mútua entre municípios.

A Câmara Municipal do Seixal desenvolve um conjunto alargado de atividades nesta área, nomeadamente projetos educativos centrados na interculturalidade. São projetos de educação para a Paz e de promoção da interculturalidade, alguns com mais de 20 anos de existência. Reconheceu-se que as sociedades evoluem - ou, em alguns casos, regridem - sendo necessário ajustar e reforçar continuamente determinadas áreas, sendo a Paz uma preocupação central do Município.

Entre esses projetos destaca-se o programa educativo “Povos, Culturas e Pontes”, que, como o nome indica, trabalha as questões da diversidade, da construção de pontes a nível local e internacional, e da valorização das culturas em presença.

Há dois anos, através do CPPC, e à semelhança de outras autarquias, o Município do Seixal editou o livro “E as pombas? O que têm a ver com os cravos?” que foi posteriormente transformado num projeto educativo. A partir desta obra, temos vindo a desenvolver atividades de Educação para a Paz junto dos mais novos, incluindo sessões dinamizadas em contexto escolar.

Tem sido privilegiado o aproveitamento dos recursos disponíveis e das parcerias estabelecidas, nomeadamente com o CPPC, que articula também com outras organizações, como a AAPSO, entre outras entidades que têm proporcionado contributos relevantes, muitas vezes sem custos associados. Tal constitui uma mais-valia do ponto de vista financeiro e logístico, uma vez que os materiais já se encontram preparados.

Foi igualmente desenvolvido trabalho em parceria com a Amnistia Internacional, nomeadamente através de atividades realizadas no âmbito do Dia dos Direitos Humanos, sobretudo em contexto escolar.

Foi ainda apresentado o projeto “Os Artistas da Paz”, que propõe a abordagem da temática da Paz nas escolas através das artes. Neste âmbito, foi instituído um dia em que os estabelecimentos de ensino

assinalam a Paz por meio das artes plásticas e de outras formas de expressão artística, promovendo diferentes abordagens ao tema.

Destacou-se, também, a realização, no último fim de semana, do *17º Encontro Intercultural Saberes e Sabores*, uma iniciativa anual que promove a Paz e a Interculturalidade. Este evento evidencia o carácter multicultural do Município do Seixal, enquanto fator de enriquecimento coletivo. Na edição deste ano estiveram presentes várias representações diplomáticas.

Vice-Presidente do Município de Sobral de Monte Agraço – Carlos Pombo

Começou por agradecer ao Município do Seixal a organização da reunião, bem como aos restantes municípios pela participação e pela partilha, sublinhando a sua importância.

Referiu que, no Município de Sobral de Monte Agraço, em 2025, se realizou a Caminhada da Liberdade e da Paz, no dia 27 de abril, integrada nas comemorações do 25 de Abril.

Acrescentou ainda que, no final do ano, foi aprovado o Plano Municipal para a Integração de Migrantes, que orientará a ação do município entre 2026 e 2029. Sublinhou que esta é uma área diretamente relacionada com as consequências da falta de Paz no mundo, sendo fundamental reforçar a capacidade de acolhimento e integração das populações migrantes que chegam ao território.

Vereadora do Município de Freixo de Espada à Cinta – Marisa Madeira

O Município de Freixo de Espada à Cinta tem vindo a afirmar, de forma consciente, o seu compromisso com a promoção da Paz, da tolerância e da inclusão, enquanto valores fundamentais de uma sociedade justa e equilibrada. Enquanto membro da rede internacional *Mayors for Peace*, assume uma posição ativa na sensibilização da comunidade para a importância da Educação para a Paz, do respeito pela diversidade cultural e da promoção do diálogo como instrumento essencial de prevenção de conflitos.

O município tem desenvolvido diversas atividades de âmbito local que reforçam estes princípios, nomeadamente a divulgação regular de conteúdos de sensibilização nas redes sociais da autarquia, a dinamização de atividades comunitárias no âmbito do Radar Social e do CLDS, bem como o desenvolvimento de parcerias que promovem a inclusão. Neste contexto, destaca-se a cooperação com alunos provenientes de municípios de Cabo Verde, que frequentam o ensino secundário profissional no concelho. Existe, para o efeito, um protocolo estabelecido com três câmaras municipais de Cabo Verde, ao abrigo do qual cerca de dez alunos por município vão estudar para Freixo de Espada à Cinta.

Foi igualmente referida a colaboração com o Agrupamento de Escolas na realização de projetos educativos sobre a temática da Paz, promovendo a reflexão desde a infância, incluindo a exposição de trabalhos realizados pelas crianças, posteriormente divulgados nas redes sociais do município.

O município assinala ainda datas internacionais de referência, como o Dia Internacional da Paz, o Dia Internacional da Tolerância, o Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial e o Dia Internacional para a Eliminação Total das Armas Nucleares, enquanto momentos privilegiados de reflexão e mobilização coletiva.

Considera-se que a construção de sociedades mais inclusivas, pacíficas e resilientes depende do envolvimento de todos: instituições, comunidade e cidadãos, sendo reafirmada a total disponibilidade do município para continuar a colaborar com outros municípios e entidades na promoção destes valores.

Presidente da Direção Nacional do Conselho Português para a Paz e Cooperação – Isabel Camarinha

Isabel Camarinha pediu a palavra para referir que o livro “E as pombas? O que têm a ver com os cravos?” se encontra disponível, em formato PDF, na página do Movimento Municípios pela Paz, podendo ser

acedido por todos. No caso do Seixal, foi desenvolvido um trabalho relevante junto das escolas, com distribuição da obra nas escolas de 1.º ciclo, tendo-se verificado uma forte identificação por parte das crianças. Trata-se de um recurso simples e eficaz para promover o diálogo com os mais novos e transmitir estas mensagens.

O Sr. Presidente Paulo Silva passou, de seguida, ao **sexto ponto da ordem de trabalhos**, relativo à apresentação da "Proposta de Plano de Atividades do Movimento Municípios pela Paz para 2026", que ficou a cargo da Dra. Helena Palacino. Esta referiu que o plano de atividades se baseia nos *10 Compromissos para a Paz*, do Movimento Municípios pela Paz, integrando igualmente contributos resultantes de reflexões e reuniões anteriores. Sublinhou que se trata de uma proposta aberta, à qual poderão ser acrescentados novos contributos:

1. Comemoração do Dia Internacional do Desporto ao Serviço do Desenvolvimento e da Paz – 6 de abril;
2. Dar continuidade à disponibilização, no site, de documentários e iniciativas sobre a Paz e a Educação para a Paz, realizadas pelos Municípios;
3. Incentivar os municípios a colocarem nos seus e-mails a referência de que pertencem ao MMPP, através da inclusão do logótipo;
4. Evocação dos bombardeamentos de Hiroxima e Nagasaki - 6 e 9 de agosto;
5. Comemoração do Dia Internacional da Paz (21 de setembro);
6. Comemoração do Dia Internacional para a Abolição total das Armas Nucleares (26 de setembro);
7. No âmbito das iniciativas promovidas nas escolas sobre Educação para o Desenvolvimento e a Paz, propor ações de debate que possam eventualmente dar início a uma petição para o desarmamento: "Nós as crianças e os/as jovens do Município de ... apelamos ..." ou a um manifesto jovem pela Paz.
8. Dedicar uma rotunda à Paz – com a colocação de elemento escultórico alusivo à Paz ou a inclusão de uma designação que associe o município à Paz (ex: Seixal Município pela Paz);
9. Promover a realização de "Concertos para a Paz" e de atividades com os "Artistas pela Paz"– cujo modelo ficará à consideração de cada município;
10. Propor a realização de iniciativas de solidariedade com a Palestina e o Sahara Ocidental (Em 2026 está a ser organizada uma missão ao Sahara Ocidental, para dar visibilidade à causa. Seria importante que cada um pudesse refletir sobre a importância de poder participar, eventualmente, nesta missão);
11. A partir do Livro "E as pombas? O que têm a ver com os cravos?" dinamizar atividades de reflexão sobre a Paz junto das crianças do pré-escolar e 1º ciclo;
12. Manter hasteadas as bandeiras do Movimento em todas as Câmaras do MMPP;
13. Promover um roteiro nacional da Paz tendo por base a construção de murais nos municípios do MMPP;
14. Promover a reflexão, junto dos jovens, do tema da Paz, dos direitos humanos e da democracia, enquanto sistema basilar para o exercício de uma cidadania ativa e com direitos;
15. Elaborar uma infografia, colocando a Paz no centro dos ODS, estabelecendo a ligação de cada ODS à Paz, salientando a sua importância para a concretização da agenda 2030;
16. Dinamizar atividades promotoras da Paz nas escolas do 2º ciclo, 3º ciclo e secundário, utilizando estratégias variadas como sejam as artes (ex: semana dos "Artistas da Paz");

17. Promover campanhas solidárias - Até mesmo no quadro das relações de cooperação internacional, há vários municípios que têm cooperação para o desenvolvimento e essas campanhas são sempre importantes.

O MMPP tem uma dimensão significativa, contando atualmente com 65 municípios. Este conjunto representa um volume expressivo de atividades de promoção da Paz, uma vez que não se trata apenas da ação das câmaras municipais, mas também do envolvimento das respetivas comunidades.

O facto de estarmos organizados em rede e de existir uma comunicação facilitada entre os municípios constitui igualmente uma mais-valia, contribuindo para a partilha de experiências e para o surgimento de novas ideias e iniciativas.

Presidente da Direção Nacional do CPPC - Isabel Camarinha

Foi valorizado o plano apresentado, considerado bastante ambicioso, mas plenamente exequível com o empenho dos municípios. Foi igualmente reforçada a importância de continuar a alargar a participação a novos municípios, ainda que os 65 atualmente integrados no Movimento representem já um número muito significativo.

Foi referido que o CPPC, para além do Movimento dos Municípios pela Paz, mantém também protocolos com outros municípios que ainda não integram o Movimento, sendo desenvolvido um esforço contínuo no sentido de promover a sua adesão. Sublinhou-se que esta adesão permite precisamente o que se verifica nestes encontros: a troca de experiências, a partilha de ideias e o desenvolvimento de um trabalho conjunto nesta área.

Por fim, foi mencionada a existência, no âmbito do CPPC, de uma exposição dedicada à Palestina, composta por trabalhos de 24 artistas, cada um dos quais elaborou um cartaz. Trata-se de uma exposição considerada muito relevante, que pode igualmente ser utilizada pelos municípios.

Município de Palmela - António Mestre

Colocou uma questão relativa ao trabalho em rede e aos recursos disponíveis em cada município: tendo sido mencionadas exposições, livros e outros materiais produzidos no âmbito das diferentes iniciativas, questionou se seria possível, no caso de temáticas já trabalhadas por outros municípios - como a questão de Hiroshima, no caso de Évora, que dispõe de uma exposição -, Palmela aceder e utilizar esse tipo de recursos.

Sugeriu que, caso um município já tenha desenvolvido determinada exposição, esta possa ser partilhada e utilizada noutro contexto, como forma de reforçar a cooperação em rede. Assim, uma exposição produzida em Évora poderia, por exemplo, ser apresentada em Palmela, associada à chancela do Movimento – através da colocação do logo do MMPP nos trabalhos sobre a Paz - valorizando a partilha entre municípios.

Considerou que este modelo permitiria evitar a repetição de conteúdos e, simultaneamente, libertar recursos para investir noutras iniciativas, eventualmente mais difíceis de concretizar individualmente. Trata-se, segundo referiu, de uma sugestão no âmbito do reforço do trabalho colaborativo.

Município do Seixal - Helena Palacino

Esclareceu que, na página web do MMPP, se encontram disponíveis os diversos recursos existentes, incluindo o livro “E as pombas? O que têm a ver com os cravos?”. Acrescentou que, sempre que os municípios disponham de exposições ou outros materiais por si produzidos e considerem que os mesmos possam ser relevantes para os restantes, poderão disponibilizá-los ou solicitar a sua partilha no site do Movimento.

Município de Lagos – José Viegas

Sublinhou o trabalho muito significativo desenvolvido pelos municípios, sugerindo a disponibilização, no site do Movimento, das atividades realizadas enquanto exemplos de boas práticas.

O Município de Lagos tem desenvolvido trabalho relevante, tanto ao nível de projetos escolares como no âmbito das associações culturais. A sua divulgação poderá contribuir para dar a conhecer estas iniciativas aos restantes municípios e promover a partilha e circulação de experiências, quer em contexto escolar, quer noutros espaços.

Em seguida, o Sr. Presidente Paulo Silva passou ao **sétimo ponto da ordem de trabalhos**: "Outros assuntos". Deu a palavra a Isabel Camarinha que destacou o "Apelo", documento incluído nas pastas distribuídas, propondo que os municípios presentes, caso estivessem de acordo, o aprovassem e o divulgassem o mais amplamente possível. Sublinhou que, como foi reiterado ao longo da reunião, se vive um período de sérios riscos e perigos, sendo por isso particularmente relevante a tomada de posição expressa neste "Apelo".

Fez alusão ao boletim do Conselho Português para a Paz e a Cooperação, "Notícias pela Paz", que reúne informação e atividades desenvolvidas em 2025 e no primeiro trimestre do presente ano, e que também foi incluído nas pastas.

Não havendo mais assuntos a debater, o Sr. Presidente Paulo Silva agradeceu, uma vez mais, a presença de todos, salientando que ficou demonstrada, ao longo da reunião, a coesão deste Movimento.

Referiu ainda que o Movimento Municípios pela Paz assinala já 10 anos de existência, continuando a crescer de ano para ano, mantendo os seus *10 Compromissos pela Paz*, os quais promovem a Educação e a consciencialização cívica como formas de prevenção da violência e de construção de uma Cultura de Paz nas comunidades e nos respetivos territórios.

O MMPP atua, sem dúvida, como uma rede que articula a administração local, através dos municípios, com uma estratégia global de desenvolvimento e segurança, contribuindo para a construção da Paz enquanto processo de esforço conjunto, contínuo e partilhado.

Assinala-se na próxima sexta-feira, 24 de abril, o *Dia Internacional do Multilateralismo e da Diplomacia para a Paz*, data que convida à reflexão sobre a importância do diálogo, da cooperação entre povos e países e da construção conjunta de respostas para os desafios globais.

Esta concertação em torno da Paz é essencial para a construção do nosso futuro coletivo, assente na liberdade, na democracia, na justiça e na coesão social. Nesse sentido, importa reforçar o compromisso de fazer chegar estes desígnios a todas as partes do mundo, desde a Ucrânia à Palestina, passando pelo Líbano, pelo Irão e por todos os territórios afetados por conflitos, afirmando a necessidade de que a Paz se estabeleça em todas estas regiões.

Agradeceu a todos a presença e o trabalho desenvolvido, sublinhando a importância da continuidade deste esforço conjunto em prol da Paz, recordando as palavras: "pela Paz, todos não somos demais!".

Não havendo nada mais a acrescentar por parte dos presentes, o Sr. Presidente Paulo Silva deu por terminada a reunião, pelas 16:41, pelo que se lavrou a presente ata.

À Consideração,

Joana Santos

4 de maio de 2026